

ACTA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

18ª

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Zita Rodrigues França Costa, em substituição de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e sete elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Aníbal José Moreno, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Elisiário Emílio Cancela, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Francisco de Jesus Custódio Fernandes em substituição de Manuel do Nascimento Vaz Folgado, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana da Conceição Marcelo Meirinho Mendes, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira dos Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, José Luís Cordeiro, Vítor Manuel Parreira Batista, Alfredo Justino Ribeiro, Pedro Miguel Coutinho Monteiro e Francisco dos Santos Neto, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela. -----

-----Não apresentou justificação o Deputado Municipal Carlos Alberto Telo Figueira, Paulo Daniel Lopes Carvalho, José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco e Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Madre. --

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* ---

-----1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

-----1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

-----1.3.1 *Instalação do Conselho Municipal de Segurança. Tomada de Posse de um Membro do Conselho.* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “1ª Alteração ao Mapa de Pessoal – 2009. Proposta do Senhor Presidente”;* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “ Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano Financeiro de 2008”;* -----

-----2.4 *Análise e deliberação:* -----

-----2.4.1 *1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2009”;* -----

-----2.4.2 *1ª Revisão ao orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2009”;* -----

-----2.5 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e disse: “ faltando a 1ª Secretária, que avisou antecipadamente, pedia à Dona Zita o favor de nos acompanhar aqui para estes trabalhos, uma Senhora substitui uma Senhora. Muito obrigado pela sua disponibilidade. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da décima sétima Sessão Ordinária, realizada no dia vinte do mês de Fevereiro do corrente ano, declarando, de seguida, abertas as inscrições para uso da palavra. Não havendo intervenções vamos pô-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda

fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, três (3) abstenções e quarenta e quatro votos a favor (44) votos a favor. -----

-----**1.2 Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço e não tendo havido inscrições para o uso da palavra o Presidente da Assembleia disse: “vamos passar ao ponto 1.3 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----**1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;** -----

-----Como foi acordado, procedermos à instalação de um membro do Conselho Municipal de Segurança, que por motivos conhecidos e devidamente justificados não esteve presente na tomada de posse dos restantes elementos, pelo que pedia ao Senhor Doutor Meireles, o favor de vir aqui à mesa tomar posse. É só ler esse documento e assinar e tem esta capinha para levar para si para ler. -----

-----“*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”-----

-----Muito bem, está disponibilizado para ir à sua vida quando entender. --

-----Entraríamos então no período de antes da ordem do dia. Quem pretender usar da palavra neste ponto faz favor de se inscrever. -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “embora venha um bocado despropositada esta primeira chamada de atenção, eu gostaria de..., estive com cuidado a ler a documentação que me foi facultada e eu acho que não era pedir demais se os Senhores Vereadores no calendário das reuniões que fazem colocassem lá do que tratam nessas reuniões e as siglas, mas o que tratam nas reuniões acho que era importante. -----

-----O segundo assunto que me traz aqui é o nosso papel aqui na Assembleia, ouvirmos também quem nos coloca cá, e este assunto foi-me chamado a atenção por um Município, se calhar interessado, não sei; tive conhecimento que a comissão de avaliação de terrenos, ali naquele projecto do Juncal, que vão fazer ali, espelho de água, ou outra coisa qualquer, que procederam à avaliação dos terrenos envolventes, e da minha parte acho que procederam muito bem, tiveram em conta o preço do terreno pelas culturas, acho que o preço até era: culturas arvenses € 1.50, lameiros € 2.50, culturas diferentes, preços diferentes, concordo plenamente. Mas tive também conhecimento que houve cedências de terrenos a proprietários, e gostaria de saber se essa cedência teve o mesmo critério, eu concordo com o critério do Juncal, já se não foi feito o mesmo critério em relação à situação que eu estou aqui a levantar, acho que está incorrecto. Gostaria de ouvir da Câmara se houve, ou não o mesmo critério, ou se o critério foi tido

em conta nesta segunda situação, em relação à primeira, porque a situação é semelhante ou parecida. -----

-----Num domingo destes, fui ao futebol e chamou-me a atenção um muro que está feito enfrente ao campo de futebol, um muro de betão com bloco trabalhado e no fim do jogo dei a volta por ali, chamo a atenção que fica mal aquele muro ali, acho que a Câmara..., penso que foi a Câmara que o fez, não sei se foi a Câmara, nem se não, mas penso que aquele muro devia seguir a mesma traça do que estava por baixo, ou do que estava lá, que eu já nem me lembro, mas que não feria tanto, agora quer dizer espeta-se ali um muro de betão num meio rústico... De facto não houve ali um bocadinho de cuidado em manter o rústico que ali estava, também me pareceu, não sei se é verdade, se é mentira, mas também me pareceu que aquele muro deve ter sido feito pela Câmara por cedência de terrenos. Em quanto é que ficou aquele muro? Será que paga aquilo que o proprietário cedeu? E será que foi tido em conta o mesmo critério que eu falei da comissão de avaliação em relação às culturas?" -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “eu venho aqui perguntar à Câmara se tem conhecimento dum as pedras que andam a colocar nas aldeias? Puseram uma em Bruçó, eu até estive para a mandar abaixo porque não sei quem é que a pôs lá. Eu queria saber se foi a Câmara, ou se foi alguém a mando da Câmara, ou quem foi, ou quem não foi? Porque eu não tenho conhecimento de nada.” -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “eu numa intervenção que fiz, penso que o ano passado, sobre o problema dos caminhos rurais nas Freguesias, que normalmente todos os anos a auto niveladora passa para arranjar os caminhos, na altura do verão para tapar ribeiros e compor caminhos degradados; eu na altura falei sobre esses trabalhos, muitas vezes mal feitos, na altura com bom aspecto, mas que no futuro dariam prejuízo devido à erosão, nós sabemos que devemos preocupar-nos cada vez mais com o ambiente e com essas coisas da terra, portanto sabem que é importante saber mexer na terra, toda a gente, neste caso aqui, são agricultores mas não sabem mexer devidamente na terra, e eu quero chamar a atenção para esse aspecto, eu penso que isso é da responsabilidade da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal ajuda com o que pode, com essa auto niveladora, e nós muitas vezes vemos coisas que não vendo, e quando nos dizem não acreditamos. De facto a auto niveladora tem deixado caminhos a meio, todos nós sabemos o que é ir por uma estrada e não ter saída, e eu acho que devia ser sempre acompanhada por trabalhadores da Câmara ou das Juntas de Freguesia, porque de facto muitas vezes à primeira vista não se dá conta do desgaste e dos malefícios que criam, e é um problema que eu acho que deve ser visto por todos, de outra maneira. Eu acho que esses trabalhos devem se vistos numa perspectiva de não pensar: pró ano estão cá outra vez. Há aí caminhos que todos os anos a auto

niveladora passa por lá. Era este o problema que eu queria chamar a atenção da Câmara”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ dois assuntos muito rápidos, mas antes dos meus assuntos, que não são meus, são de todos ia pegar no assunto do Altino, que foi de facto assunto da nossa Assembleia de Freguesia, última, que não basta fazer ligações em alta, é preciso fazer ligações em baixa, até nos caminhos, porque nada adianta arranjar caminhos e desviar a água, se depois logo a seguir na entrada para o lameiro, ou na entrada para a horta não vai uma pá ou um sacho a acabar de abrir, a água chega ali, volta para trás, para o caminho. De facto é um problema que eu noto na minha Freguesia, nas outras deve ser a mesma coisa, mas penso que continua na mesma. Peço a atenção do Senhor Presidente da Junta. -----

-----Os meus dois assuntos que aqui me trazem, um é recorrente, porque penso que até já foi focado numa Assembleia passada, e que tem a ver com a Câmara Municipal de Mogadouro e a empresa Águas de Trás-os-Montes, eu recordo-me que no início deste mandato, não sei se foi logo no início, mas foi muito próximo, a Câmara fez aprovar uma moção, e digo fez aprovar, entre aspas, no sentido da saída do Município, ou da Câmara Municipal da empresa Águas de Trás-os-Montes, a Assembleia aprovou essa moção por maioria, com os votos do PSD e alguns votos contra da bancada do PS, no entanto foi uma deliberação tomada pela Assembleia, que autorizava a Câmara Municipal a abandonar a empresa Águas de Trás-os-Montes. A pergunta que faço, ou que refaço, feita pelo meu colega e amigo Ilídio Martins e que me pareceu que a resposta não foi a que ele estava à espera, nem a que eu estava à espera, era solicitar um esclarecimento sobre a actual participação e o actual envolvimento da Câmara Municipal na referida empresa Águas de Trás-os-Montes. Saber o ponto da situação. Em que é que ficamos? Em que ponto é que estamos em relação a isso? -----

-----O outro assunto é também para solicitar informação, e diz respeito, agora não tenho presente se li na documentação que foi distribuída para esta Assembleia, se foi numa outra, relativamente a um projecto de intervenção urbanística no centro da vila e no casco histórico da vila, penso que a Câmara tem em mente, ou tem em projecto, no valor de cerca de cinco milhões de euros, se não estou em erro, para fazer uma grande intervenção desde o casco histórico até ao centro da vila, eu se calhar pedia à Câmara que fizesse uma apresentação muito geral sobre a natureza desse tipo de intervenções, em traços gerais que nos informasse do que se trata. Que tipo de intervenções essa zona vai ser sujeita?” -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “só uma pequena questão que eu queria colocar à Câmara em relação ao concurso de construção da Escola Básica do 1º Ciclo, que segundo creio se arrasta há praticamente já um ano, pelas informações que vamos colhendo na comunicação social,

parece que teve chumbo do Tribunal de Contas, por uma ou duas vezes, neste momento estará novamente a concurso, e portanto gostaria que informasse esta Assembleia do porquê do chumbo do Tribunal de Contas sobre essa obra que foi considerada no anterior Plano Plurianual de Investimentos como prioritário para o Município, que informasse esta Assembleia do porquê dos chumbos do Tribunal de Contas”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhor Albino um relatório das reuniões, acho que sim, é uma grande maçada ir a reuniões quase todos os dias, como podem verificar aí e ter que fazer um relatório, mas eu acho que é fundamental informar. -----

-----Avaliações e cedências de terreno, dualidade de critérios, zona envolvente do Parque Desportivo, o Pimentel dar-lhe-á os esclarecimentos que entender necessários. -----

-----Quanto à questão que pôs o Deputado Miguel Rito, aqueles calhaus, pedras, que se andam a pôr na entrada das aldeias e da vila, são da região, e são uns calhaus estudados por um projecto que se apresentou na Associação de Municípios de Foz Côa, de Vila Nova de Foz Côa, são estudados. -----

-----Deputado Altino, caminhos das Freguesias, com certeza que nós gostaríamos de não fazer obras todos os anos nos caminhos, de as fazermos de vez em quando, isso não sei como é que se poderia arranjar, mas vamos procurar estudar. -----

-----Quanto às Águas de Trás-os-Montes, eu recebi desta Assembleia carta-branca para tratar desse problema com as Águas de Trás-os-Montes, o problema da saída das Águas de Trás-os-Montes, evidentemente que estas coisas vão sendo adiadas por sucessivas reuniões, dado que inicialmente as Águas de Trás-os-Montes puseram como condição uma autorização Ministerial para poder abandonar as Águas, isto arrastou-se, porque só para conseguir entrevista com o Ministro foram 4 ou 5 meses e tem-se vindo a arrastar. Uma das condições era sempre o eles porem à disposição da Câmara a baixa, o que só agora aconteceu através de uma empresa, e neste momento o que acontece é que todos os Municípios estão a abrir os olhos, como abriu a Câmara de Mogadouro, de tal forma que no dia 22 deste preciso mês, houve uma reunião em Bragança, e se resolveu que no dia 11 de Maio todos os Municípios ligados às Águas de Portugal se vão reunir para avaliar novamente a sua participação nas Águas de Portugal, portanto nós neste momento somos o único Concelho que até agora nunca pactuou com as Águas de Portugal, por entendermos que era um desastre fazê-lo, estes Municípios vão reunir dia 11, dar-lhe-ei conta do que se decidir ali, muito provavelmente o resultado é conseguir outras prerrogativas, ou abandonar as Águas de Portugal. -----

-----Quanto à Escola EB1, o Pimentel está mais dentro do problema faz favor de explicar ao Deputado Moreno”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “Vou começar por concordar, como fez também o Presidente, em que os assuntos das reuniões, efectivamente podem ter pelo menos algumas indicações mais daquilo que se tratou nas reuniões, concordo perfeitamente. -----
-----Avaliação dos terrenos do Juncal que foi colocada aqui, é um projecto que a Câmara pretende levar a efeito, é um projecto que está feito, está o projecto concluído, e está uma candidatura feita ao P.N, é um projecto de cerca de um milhão e novecentos mil euros, que pretende fazer no Juncal, digamos, uma espécie de parque da vila de Mogadouro, o nome Recuperação Ambiental da Ribeira do Juncal, é um nome que se adequava ao P.A, porque era uma ideia que já vinha do P.A, porque tudo que fosse ambiental tinha mais cabimento dentro desses financiamentos, mas como já tinha esse nome avançou para o P.REN, portanto também com esse nome. ----
-----1º Passo, dado que é um projecto para executar em terrenos privados é tratar correctamente das expropriações, e para isso a Câmara tinha criado uma Comissão de expropriações, Comissão essa que se deslocou ao local e fez a sua avaliação de acordo com a natureza dos terrenos e das árvores que lá se encontravam, isto para poder vir a declarar a utilidade pública, caso não haja entendimento com os proprietários, as coisas têm determinados formalismos que têm que ser feitos, e portanto estamos cientes, por um lado, que chegaremos a acordo com os proprietários, mas caso os proprietários não queiram acordar, ou algum não queira acordar com a Câmara será declarada utilidade pública, nos seus trâmites normais e o tribunal atribuirá no futuro o valor que entender que é correcto, trata-se de fazer os procedimentos, por um lado, que podem conduzir a que se evitem os problemas com expropriações, mas ao mesmo tempo vamos procurar negociar, como sempre fizemos com os proprietários; a avaliação é aquela que consta das cartas, creio que já chegou aos respectivos proprietários, creio que é € 1.50, € 2.00, também não tenho de cabeça, e seguirá esse caminho até ao fim, mesmo caso necessário seja, recorrer à declaração de utilidade pública, seguirá até ao fim. -----
-----Agora, cedência de terrenos a proprietários, creio que se estão a referir a um terreno que alguém pediu, que fazia parte da quinta da agueira, para fazer um alinhamento, no seguimento de outro que a Câmara tinha feito, pois muito bem, aquilo são 50 e poucos metros, ficava ali um canto, o proprietário pediu, e como tal foi à reunião de Câmara, e a Câmara deliberou, e creio que por unanimidade atribuir-lhe um valor, que é o valor correspondente a outras zonas da mesma natureza, como seja na recta de Vale da Madre, que se pagaram..., foi o mesmo valor, não sei onde é que está a estranheza. -----
-----Em relação ao muro que a Câmara fez e àquilo que pagou, ou deixou de pagar, em relação ao prédio contíguo a esse do alinhamento, a Câmara não pagou um tostão que seja ao proprietário, unicamente o proprietário

recebeu cerca de 50 metros quadrados e deu cerca de 350 metros, que eu depois posso fornecer as medições feitas pelo topógrafo, e como tinha muro a Câmara refez-lhe o muro. A Câmara com esta situação resolveu dois problemas, um primeiro problema que tinha a ver com a escola, como sabem o projectista inicialmente tinha projectado para se proceder à expropriação, para endireitar o arruamento, do chamado lameiro do conde e aqueles terrenos contíguos, nós entendemos retirar uma parte do Parque de Campismo que não tinha qualquer utilidade, e resolvemos acordar com esse proprietário esse bocadinho para poder endireitar a rua que agora circunscreve o Complexo, o proprietário para além de termos de lhe deitar árvores abaixo, como nogueiras e cerejeiras, não pediu um tostão que fosse, apenas disse, tiram o muro, metem o muro, fez-se o alinhamento no fundo, de cerca de 50 metros, ele à Câmara, para além do que recebeu, deve ter dado 300 e tal metros a custo zero, custo do muro, que lá estava o muro e tivemos que o fazer. Se é bonito ou feio, isto é como os carros e as mulheres, tudo se gasta, é uma questão de gosto. -----

-----Niveladora, eu quero dizer, e isto tem que ficar bem claro, a Câmara tem instrumentos que disponibiliza para as Juntas de Freguesia, na medida do possível, e acho que o tem feito, e que o deve continuar a fazer e bem, mas há uma coisa que temos que assumir cada um as suas responsabilidades, é que os caminhos vicinais são uma das competências específicas, que constam da Lei, das Juntas de Freguesia, a Câmara disponibiliza a máquina, as Juntas de Freguesia têm que ter pelo menos a preocupação de acompanhar a máquina e se calhar disponibilizar-lhe um homem e dizer-lhe aquilo que têm que fazer, eu compreendo que arranjar caminhos não é solução, passar consecutivamente a niveladora, é evidente que eu concordo, não é, os caminhos têm uma maneira própria de ser, têm que se levantar onde estão baixos que é para que as águas sejam drenadas. É uma competência daquelas que está escrita nas competências das Juntas de Freguesia, portanto o seu a seu dono, e eu como não quero usurpar competências da Juntas de Freguesia, portanto acho que as Juntas de Freguesia as devem assumir. -----

-----Em relação à questão colocada pelo Deputado Moreno, quero-lhe dizer o seguinte: nem tudo corre como nós queremos, como nós desejamos, a questão da Escola foi a concurso uma primeira vez, decorreu toda a tramitação sem grandes problemas até à chegada ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas não visou o processo porque no caderno de encargos constava a palavra “fluxograma”, que é um tipo de mobiliário comercial, uma marca comercial que existe, e portanto com alguma razão, e deva-se dizer isso, o tribunal de contas que já tinha feito essa chamada de atenção num outro processo, chumbou-o, nós recorremos, indeferiu, não deu provimento ao recurso, muito simples, anulou-se, como é conhecido, consta das actas das reuniões de Câmara, o processo foi anulado, e foi deliberado

abrir novo concurso público, o que veio a acontecer; poderíamos ter seguido dois caminhos: o ajuste directo porque a nova legislação deste Governo o permitia, e do qual eu era apologista, devo dizê-lo, ou o concurso público normal, optamos por ir por o concurso público normal, também por uma razão, porque a empresa ganhadora que tinha ganho o concurso, o preço base era três milhões e noventa e sete mil euros, a empresa só tinha alvará para dois milhões e seiscentos mil, e até era uma empresa da terra, o que quer dizer que se fossemos para o ajuste directo não podíamos convidar essa empresa porque não tinha alvará para concorrer aos três milhões, mas tinha alvará para concorrer abaixo, como tinha ganho por dois milhões e quatrocentos mil ou trezentos mil, não tenho agora bem presente, bom optou-se por abrir concurso público, e como esperámos com a crise que havia concorreram vinte e sete empresas de todo o país, ora analisar vinte e sete empresas é o serviço que uma funcionária está exclusivamente a meter todos os valores no computador, acho que vai na 10ª ou 11ª proposta, já há um mês que está a fazer isto, possivelmente vai demorar mais um mês só para meter as propostas dos concorrentes todos no computador, para poder fazer a análise das propostas, e a partir daí seguirá o percurso normal de intenção de adjudicação, adjudicação final e por aí fora, de qualquer das maneiras mantém-se o contrato de financiamento, e logo que esteja concluído o processo administrativo entrará em obras, só dizer que o projecto foi revisto e foi retirada essa palavra fluxograma e tudo aquilo que não deveria lá estar e estava, mas que como não houve uma correcção profunda do processo, passou, mas o Tribunal de Contas deu conta e muito bem. Esta é a explicação disponível, é a explicação correcta, se houver mais alguma dúvida peço que a ponham com a mesma clareza”. -

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ nós considerámos zona histórica o espaço que vai desde a estátua do Bombeiro até à Santa Ana, Avenida Senhora do Caminho, Praças, Rua Santa Marinha e da República e depois a da Santa Ana, tudo isto considerámos a zona histórica, vamos ver ainda se conseguimos encaixar agora no projecto aquela que está enfrente ao Copa. Dividimos esse projecto em duas fases, uma fase até à Praça e outra desde a Praça em diante, essencialmente o projecto consta da recuperação das vias, levantar todo aquele pavimento, pôr passeios onde devem ser postos os passeios, segundo o projecto, onde não deve haver passeios retirar os passeios, como é próprio das zonas históricas, os calcetamentos são os próprios de uma zona histórica, meter os tubos desde os da água, aos do gás, etc., tudo debaixo da terra, e isso é essencialmente a recuperação que se vai fazer, com o alindamento das respectivas zonas quando isso for necessário, como o projecto estava dividido em duas partes, da CCDR só aprovaram uma fase, foi preciso uma nova intervenção, mudar um pouco a doutrina do concurso e eles acabaram por nos aprovar o processo todo, quer dizer não o dividindo em fases, se o

dividissem em fases teriam que nos aprovar só uma, acabaram por nos fundir os dois processos e daí resultou que essa comparticipação da CEE fosse depois da (?) a mais participativa com quatro milhões e seiscentos mil euros, enquanto até ali estava dotada com um milhão e setecentos e cinquenta mil euros, se não estou em erro, de maneira que a recuperação e a reconversão é fundamentalmente no que diz respeito a ruas, a passeios, não tem que ver com recuperação de fachadas, isso é outro projecto à parte que um dia será apresentado quando for oportuno, mas este não tem a ver com isso”. -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “ aproveito desde já a dica do Senhor Presidente em relação à resposta dada ao Deputado Tibério, e até porque também às vezes faz falta brincarmos um bocadinho com isto, até porque já sou conhecido pelo Deputado do Canto, aproveitar também os esgotos do Canto, se calhar era capaz de ser uma boa ideia, faz parte da zona histórica, mas voltando um bocadinho atrás o Senhor Vereador Pimentel chamou a atenção que foi usado o mesmo critério e chamou aqui a situação da recta de Vale da Madre, vou-lhe só mostrar o critério, na recta de Vale da Madre construiu-se, vou-lhe ler aqui um parágrafo de uma deliberação da Câmara: «mas foi deliberado que o uso referido parcela, (é assim que está escrito) será exclusivamente destinado a logradouro, não podendo nela ser implantada qualquer construção» Este é o critério”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “só direito de resposta que sempre assiste, e em relação às explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente à participação nas Águas de Trás-os-Montes, eu percebo que estas coisas se vão arrastando, é normal, só não percebo foi a pressa de querer sair, ou querer aprovar a saída, é que o mandato está a terminar e há uma deliberação da Assembleia que não está a ser respeitada, é tão simples como isso, e acho que as deliberações da Assembleia devem ser respeitadas, ou então voltamos atrás, voltamos a aprovar a estadia ou a permanência. -----

-----Em relação aos caminhos, eu disse isso, foi um assunto discutido na nossa Assembleia de Freguesia, competências das Juntas de Freguesia, nós estamos aqui a tratar de assuntos, não só da competência da Câmara, também estamos a tratar de assuntos do interesse das Freguesias, são assuntos de interesse relevante para o Município, porque as Freguesias são do Município, é evidente que o arranjo em baixa, o pequeno arranjo é da competência das Juntas de Freguesia, mas as Juntas de Freguesia não podem fazer omeletas sem ovos, não é com migalhas de dois mil euros que as Juntas de Freguesia fazem esse trabalho Senhor Vereador, portanto ao dar competências respeite também os orçamentos e entregue meios, para que as Juntas de Freguesia possam fazer esse trabalho, para que possam contratar um homem com pá e picareta e que vá à beira da máquina, senão não é possível, a Junta de Freguesia de Bruçó, neste caso, que eu conheço

gostava muito de fazer isso, mas segundo sei pelas contas que eu vejo nas Assembleias...” -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “o meu Presidente de Assembleia de Freguesia é terrível, para a próxima levo-te à jeira com a niveladora, também foi uma pessoa a acompanhar a niveladora, mas nem tudo é feito de acordo com o que devia ser feito, mas o que me traz aqui é a primeira questão, eu não digo que não sejam bonitas as pedras, e se calhar até é granito de Bruçó, agora foi a Câmara que mandou fazer, ou não foi, e porque é que não foi dada comunicação às Juntas, eu acho que é o mínimo, só comunicar, atenção vamos lá pôr; onde é que acha que fica melhor? Sei que chegam lá, eu vi lá a pedra, e pensei mas afinal isto é o quê? Quem é que mandou pôr isto? Quem é que não mandou? Eu pensei se calhar vou mandá-la tirar e pô-la ali, mas se calhar não mandamos nada, é só esta a questão Senhor Presidente, é o mínimo só de comunicação, mas isto é para todas as Juntas, não é só para Bruçó, não sei se os colegas Presidentes das Juntas estão de acordo? Seria mais ou menos assim: vão ser colocadas estas pedras, com este efeito, para este fim, que é para identificar as Freguesias, segundo o que eu entendi das suas palavras, e vão ser colocadas neste sítio, mas acham que devem ser neste sítio, pode ser noutra? Eu até nem discordo onde está colocada a de Bruçó, até está bem colocada mas..., é só uma questão de comunicação, de bom-tom, justificar perante as Freguesias que são também, já que temos algumas competências, poucas, mas já que temos, pelo menos comuniquem a dizer que vão lá fazer isso, este ano já temos uma obra lá em Bruçó”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ Deputado Tibério, a pressa é inimiga dos bons resultados, às vezes não, às vezes fazem-se coisas com pressa, e bem-feitas, mas outras vezes não, principalmente quando há negociações do outro lado, e por outro lado na Assembleia, eu creio que não me puseram prazo nenhum, não há prazo, se quiserem prazo ponham, e eu digo que me recuso a tratar, porque estas coisas têm que ser como devem ser. -----

-----Na recta de Vale da Madre o Pimentel responde, e depois foi a Câmara que mandou fazer, dou-te toda a razão, até podemos fazer aqui já uma combinação, fica já escrito em acta, a Câmara vai participar às Juntas esses trabalhos todos (?). Combinado? -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “ começar novamente pela cedência do terreno a quem o pediu para logradouro, foi aquilo que consta da deliberação de Câmara, na qual eu pessoalmente não estive, mas que corroboro, a quem pediu resta sempre o direito de não o adquirir, se não interessa não adquire o terreno, a Câmara não obrigou ninguém a pedir aquele bocado de terreno para o alienar, por acaso eu até lhe disse a essa pessoa se quer ligar saneamentos aproveite agora, mas o caso do terreno não, ele visto que ficava ali aquele canto, essa pessoa é que decidiu solicitar

à Câmara a cedência desse terreno, não foi a Câmara que pediu para lhe vender o terreno, se não o quer a Câmara ficará ali com ele, agora as condições que definiu, foi a Câmara que as definiu, eu não estive, mas creio que foi por unanimidade, não sei onde está a vossa discordância, ou vocês também têm aqui dois partidos, um na Câmara, outro na Assembleia, acho que vocês aqui pensam de uma maneira, na Câmara pensam doutra. --
-----Depois dizer que não é com dois mil euros que as Juntas fazem obras, já se disse aqui várias vezes que há Câmaras onde nem um tostão recebem, e mais não é legal hoje fazer transferências de capital para as Juntas de Freguesia, pelo menos foi a informação que recebemos de pessoas avalisadas no assunto, sem que seja através de protocolos, e eu quero lembrar que foram executadas muitas transferências por protocolos, quer no outro mandato, e neste ano, que há uma dotação de quatrocentos mil euros, também já foram celebrados protocolos no montante de trezentos e dezasseis mil euros com Freguesias, portanto não é só os dois mil euros, porque nalgumas Câmaras o que acontece é que as Juntas indicam uma obra que queiram fazer, e até é a Câmara que vai lá fazer e que vai lá gerir, mas a opção no outro mandato, desde que tivemos conhecimento que não era a maneira mais correcta transferir dinheiro sem qualquer documento de suporte, sem qualquer protocolo por trás, a gente passou a fazer protocolos, e neste mandato não será transferida nenhuma verba para as Juntas, foi aquilo que assumimos, sem ser por protocolos para obras específicas, e elas têm estado a ser feitas à medida que as Juntas de Freguesia os têm solicitado. -----

-----Em relação às pedras, portanto a Câmara ao longo do mandato, vai programando, aliás está no Plano Plurianual, consta do Plano, a identificação das localidades, está no Plano, ele foi aprovado em Assembleia Municipal por vocês, e consta lá precisamente esse projecto, esse projecto é um projecto que foi desenvolvido no âmbito da Associação dos Municípios do Vale do Côa, e por um gabinete que eu espero que vocês não ponham em causa, que é um gabinete de um ex camarada vosso, ou de um actual camarada vosso, que foi Ministro da Economia, o Senhor Augusto Mateus, que desenvolveu o projecto e digamos, uma identificação para toda a área do Vale do Côa, onde houvesse xisto, seriam em xisto, onde houvesse granito, seriam granito, nós da nossa parte estamos a implementar um plano que foi estudado por reputados, digamos, técnicos, agora a beleza, como digo não se discute”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do***

mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço perguntou se alguém desejava intervir. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “creio que leram a informação escrita acerca da actividade do Presidente da Câmara e dos outros elementos da Câmara. O que o Deputado Albino sugeria era que se explicasse o que se tratou em cada reunião, eu concordo com isso, isso é um trabalho acrescentado, e a minha concordância vai até ao ponto de que uma reunião que tive em Viana do Castelo, já nem me lembrar bem do que era, porque muitas vezes vai-se à reunião e cada um fala para se ouvir a si próprio, e não se resolve nada, no entanto, na reunião de 13 de Março com os Municípios do Norte, com o Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Doutor Laurentino Dias, ele foi lá procurar implementar em todos os Municípios de Portugal, fazendo daquilo doutrina desportiva, aquilo que nós já tínhamos implementado aqui em Mogadouro, que era o Plano Estratégico de Educação Física. Nós já temos Professores de Educação Física que já vão às Aldeias, já vão ao Infantários, já vão aos Centros de Dia, ora bem quando eu próprio lhe perguntei se ajudava a pagar, ele disse que isso era objecto depois de uma negociação com cada um; no dia 19 de Março, reunião do Conselho Estratégico do Parque Natural do Douro Internacional, foi uma reunião que houve aqui no Parque, em que se discutia um plano de turismo e de realizações no Parque, uma coisa que era só uma exposição de alguém a quem tinham encomendado um projecto, ele expôs, não se disse mais nada, nem se chegou a conclusão nenhuma porque isso é um problema do ICNB e vamos ver o que é que eles dizem depois; em 23 de Março reunião com o Senhor Eng. Rui Guimarães, Director da Área Técnica da empresa Aenor Douro, que está relacionado com as estradas também; no dia 24 uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, na sala de actos da Casa das Artes, onde se reuniu pela primeira vez o Conselho Municipal de Segurança, discutiram-se alguns assuntos, entre os quais, actos de vandalismo, que se têm dado em Mogadouro, a existência dos cães também foi discutida nessa reunião, vamos ver o que daí resulta também; depois no dia 25 de Março reunião da Comissão Municipal de toponímia na sala de reuniões dos Paços do Município; reunião da Empresa Intermunicipal de Resíduos do Nordeste em Bragança, está relacionada com o Nordeste, aproveito para dizer que temos as contas com os resíduos em dia; e depois à tarde uma reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas, como vocês já sabem é o Conselho que está encarregado de eleger, segundo me parece, o Director da Escola; em 2 de Abril, inauguração da exposição “ Trindade Coelho” na biblioteca Municipal do Porto, lá se foi, lá se disseram umas palavrinhas de evocação do autor; e no dia 7 de Abril reunião da ETL da Carta Europeia de

Turismo Sustentável do Douro Internacional, também com o ICNB; e depois no mesmo dia 7 de Abril reuniu a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, em Bragança, e decidiu-se aí nomear as Comissões de Especialidade, do ponto de vista técnico, ficou combinado nomear uma, que era relativamente às acessibilidades. Duma maneira sucinta acho que está feito mais ou menos aquilo que pretendia o Doutor Albino. -----
-----Quanto à situação financeira do Município, está aqui tudo escrito, nesta altura, e só nesta altura de 14 de Abril a fornecedores tínhamos dívidas no valor de € 559.155,66; a empreiteiros de € 297.661,05; em Leasings ..., o resto está aqui tudo, de notar que os fornecedores estavam todos a menos de 30 dias, e os empreiteiros creio que havia um auto do Zé Luís Nogueira de Dezembro ainda, mas que entretanto nesta própria data não havia autos a mais de 60 dias”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente, nós não vamos entrar em considerações pessoais, nós estamos aqui reunidos é devido à política, aqui é só política, e eu queria-lhe dizer ao Senhor Presidente que de facto, na origem das perguntas que fez o Deputado Albino, a especificar melhor o que se passa nas reuniões, eu gostaria de dizer que agora estamos na altura dos relatórios, eu aconselhava o Senhor Presidente a arranjar um ajudante de campo para fazer os relatórios, eu penso que, como o Senhor Presidente me disse, e nós daqui a bocadinho vamos analisar as contas, como o Senhor Presidente disse que as contas estavam todas em condições, estava tudo saldado, e com se deve recordar, eu disse-lhe que de facto é assim mesmo que se deve fazer, nós quando estamos a pensar deixar uma casa, acho que a devemos deixar arrumada, com as contas todas certinhas. Não é verdade? Mas essa agora de fazer relatórios e de arranjar um secretário, não é tarde, ainda não é tarde pode fazer”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar ao ponto 2.2.-----

-----**2.2 Análise e deliberação sobre “1ª Alteração ao Mapa de Pessoal – 2009. Proposta do Senhor Presidente”;** -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “ este ponto vem aqui para fazer só a contextualização dele, a Câmara Municipal tinha entre as pessoas que prestavam serviço na Câmara com recibos verde um Sociólogo, a fazer serviço no CLAS, no Centro Local de Acção Social; um Arqueólogo, a prestar serviço na Divisão de Ordenamento do Território e do Ambiente; um Historiador, a prestar serviço no Arquivo Municipal e um Professor de Educação Física, a prestar serviço no Ginásio Municipal, acontece que a Lei nº12-A/2008 é muito clara no que diz respeito aos recibos verdes e à sua prestação em entidades públicas, pelo que a Câmara Municipal decidiu terminar com os recibos verdes a estes funcionários, nesse sentido, e como as pessoas que estavam a recibo verde não

pertenciam, não eram funcionários da Câmara, e a própria Lei diz que, prevê o nº2 do artigo 35º para poderem estar com recibos verdes tem que se verificar cumulativamente os seguintes requisitos: que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, que não era o caso; o trabalho seja realizado, em regra, por uma pessoa colectiva; seja observado o regime legal da aquisição de serviços e o contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais com a Segurança Social, pelo menos duas das circunstâncias não se verificavam, como um Jurista que nos esteve a dar também uma acção de formação é de opinião que há que evitar os recibos verdes, isso a Câmara Municipal optou por fazer. Neste momento há que alterar o Mapa de Pessoal, para que possam ser contratados um Sociólogo, um Arqueólogo, um Historiador e um Professor de Educação Física, contrato renovado até três anos, ou outro tipo que assim se entenda, neste momento estes profissionais estão a prestar serviço” (fim da gravação na presente faixa da banda magnética). -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “eu tinha um entendimento quando li esta informação, que era para criar lugares no quadro de Pessoal da Câmara Municipal, afinal parece que não é, mas já agora gostaria de saber, porque referiu que estes casos estão a recibos verdes ou estavam e estavam por uma empresa, gostaríamos de saber essa informação, que empresa era essa que suportava estes Técnico e que a Câmara depois pagava? Por outro lado saber se ainda há alguma situação na Câmara Municipal com avençados, em situação de recibos verdes e que no fundo não são recibos verdes? Que se dê também essa informação à Assembleia Municipal da existência ou não de avençados em recibos verdes, mas que são os chamados falsos recibos verdes”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar manifestar a minha concordância com a reformulação do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, embora não se trate de uma reformulação, trata-se apenas e meramente de resolver questões de natureza legal, acredito e acho que é necessário ir mais longe, ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal aplicam-se os três D, desajustado, desequilibrado e desactualizado face àquilo que são as exigências actuais dos Municípios. Há outra áreas que deviam ser contempladas com novos Técnicos, com Técnicos qualificados, que não apenas a área da Cultura, até era essa a questão que ia colocar, mas o Senhor Vice-Presidente deu a explicação e eu não preciso já de suscitar aquilo que ia suscitar, porque explicou e percebi o que é que estava em causa, mas gostava que estivessem em causa outras coisas, gostava que estivesse em causa uma abordagem mais global daquilo que é o Quadro de Pessoal actual e daquilo que poderia ser no futuro para que possamos caminhar nesse sentido de ajustar o Quadro de Pessoal àquilo que são as exigências e as necessidades de todos nós”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “Deputado Aníbal Moreno se calhar não me fiz entender como devia, nós tivemos até há dois meses atrás..., estas pessoas estavam com recibos verdes e a entidade contratante directamente às pessoas era a Câmara Municipal de Mogadouro, e eles prestavam serviço à Câmara Municipal por recibo verde, ao terminar-se esta circunstância aquilo que a Lei permitia era contratar empresas que colocassem cá esses profissionais, é da Lei, só estamos a cumprir a Lei, neste momento aquilo que existe é um Sociólogo a trabalhar na Câmara, um Arqueólogo, um Historiador e um Professor de Educação Física, mas através da contratação de uma empresa que põe cá os funcionários a trabalhar e é isso que queremos resolver rapidamente, sermos nós a contratar as pessoas porque nos fica mais barato, e contratar as pessoas para ficarem a trabalhar. Ainda temos duas pessoas a trabalhar com recibo verde, mas que se enquadram perfeitamente na legislação, porque não dependem hierarquicamente de ninguém, porque fazem um trabalho que é um trabalho pontual, que não é um trabalho seguido, que são os Juristas Municipais, temos dois Juristas Municipais a recibos verdes. Tudo que são as acções de responder em que o Município é colocado em Tribunal, ou que tenha que resolver e para fazer as contra-ordenações que existem no Município, são as duas únicas pessoas que neste momento estão com recibos verdes, mas que se enquadram perfeitamente na Lei. A empresa é uma empresa que se chama Select, é de recursos humanos, é de pessoal, é de Braga e também tem uma delegação em Vila Real, que queremos acabar rapidamente assim que consigamos resolver o resto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ não havendo mais intervenções sobre este ponto, vamos colocá-lo à votação -----
-----Quem vota contra, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Relativamente a este ponto o resultado da votação é o seguinte: votos contra, zero (0), abstenções treze (13), a favor trinta e dois (32) -----
-----Vamos entrar no ponto 2.3.-----

-----**2.3 Análise e deliberação sobre “ Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano Financeiro de 2008”;** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Compete ao executivo na pessoa do Presidente da Câmara e no respeito pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar um Relatório de Gestão para dar conhecimento à Assembleia Municipal permitindo-lhe o controle político e a apreciação da qualidade da gerência e dos resultados obtidos. Este relatório será após discussão e aprovação pela Assembleia Municipal enviado ao Tribunal de Contas para controlo

jurisdicional e aos órgãos da tutela da Administração Pública Central para controlo administrativo de verificação de legalidade. -----

-----Quero em primeiro lugar chamar a atenção para o 3.º parágrafo do Relatório em que se evidencia que a “execução orçamental da Receita é de 49,9% registando uma diminuição em relação a 2007, de cerca de € 1.000.000,00. De referir ainda que no final do ano registávamos um crédito resultante do atraso no recebimento de € 1.000.000,00 relacionados com Fundos Comunitários e contratos programa. Se este crédito se tem consumado até 31 de Dezembro de 2008, então a execução orçamental da receita não seria de 49,9% mas sim de 53,85%. -----

-----Analisando ponto por ponto a gerência do Executivo no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2008 e tomando como base de comparação o ano de 2007, verificamos que: -----

-----I – Receitas correntes. -----

-----Houve um crescimento de cerca de € 700.000,00 em relação a 2007 o que representa uma execução de 89,2%. -----

-----Em 2008, obtivemos receitas correntes no valor de € 8.083.359,44; em 2007 de € 7.379.983,18 o que se traduz num aumento de € 703.376,26.

-----Diminuímos a receita em € 75.141,42 nos impostos directos e nos indirectos € 15.418,71; no rendimento de propriedades, vindos da EDP. Aumentámos € 242.000,00.-----

-----Aumentámos também nas transferências correntes € 305,129,35. -----

-----II – Receitas de capital. -----

-----As receitas de capital diminuíram cerca de € 1.700.000,00 o que está relacionado com uma redução na utilização de empréstimos e principalmente uma redução dos fundos comunitários (fim do III QCA sem que o QREN entrasse e valor efectivo). -----

-----III – Despesas correntes. -----

-----Nesta rubrica houve um aumento global das despesas correntes em € 799,135,88 que resultou essencialmente do aumento da aquisição de bens e serviços relacionados com transportes escolares e resíduos sólidos e despesas com pessoal. -----

-----IV – Despesas de capital. -----

-----Diminuíram € 1.914.572,92 o que está relacionado com a queda de receitas (dos Fundos Comunitários). -----

-----V – Transferências de capital. -----

-----As transferências de capital diminuíram € 410.562,46 o que resulta essencialmente do menor valor transferido para as Juntas em cerca de € 230.000,00 (com protocolos) e para as Instituições de Solidariedade Social, é que em 2007 nós tínhamos atribuído ao Centro Social de Bemposta cerca de quatrocentos e tal mil euros, o que não aconteceu em 2008, daí esta descida substancial. -----

-----VI – Participações comunitárias. -----

-----Tivemos uma diminuição mais ou menos 50% em relação ao ano anterior o que resulta dos atrasos dos pagamentos relacionados com o III QCA. E referir que este ano de 2009, nos primeiros quatro meses recebemos mais do que em todo o ano de 2008. -----

-----VII – Dívidas a terceiros. -----

-----O montante global de dívidas a terceiros representa uma diminuição superior a € 1.000.000,00, isto é, a dívida de curto prazo a fornecedores e empreiteiros era no final de 2007 de € 3.004.265,29 e no final de 2008 de apenas € 1.822,157,09. Neste momento é de € 300.000,00 tendo nós em caixa verba para cobrir esta dívida, no dia. -----

-----Quanto à dívida de médio e longo prazo relacionada com empréstimos bancários regista também uma diminuição em relação ao ano anterior (totalizando € 7.740.761,27). Aliás parte desse empréstimo ainda não foi levantado. Temos empréstimos contratados que ainda não utilizámos porque estão reservados para pagar a parte não participada dos projectos a apresentar ao QREN. Nós temos 1 milhão e meio de euros no banco e dispomos deles quando quisermos, mas exclusivamente com a finalidade de pagar a parte não participada de projectos a aprovar. -----

-----A dívida com contratos de locação financeira era no final do ano de € 149.914,21 (leasings e Banco Pinto e Sotto Mayor) o que diminuiu também em relação ao ano anterior. -----

-----Quanto à capacidade de endividamento: Endividamento de curto prazo = 0,0 €, tendo nós capacidade de recorrer a empréstimos nesta alínea do máximo, isto é, € 934.684,15 (o endividamento de curto prazo é de 10% do endividamento de médio e longo prazo). Endividamento de médio e longo prazo - Temos uma capacidade máxima de endividamento de € 9.346.841,50 Como estamos excepcionados em € 3.521,033,50 o que está relacionado com empréstimos para cobrir valores não participados em projectos apresentados à Comunidade Europeia e devemos € 7.740.761,27, retirando-lhe os € 3.521.033,50, ficamos com € 4.220.727,77, a contar para o endividamento, o que quer dizer que utilizamos apenas 40,42% da nossa capacidade de endividamento. Em face do exposto temos ainda capacidade para contratar empréstimos no valor de € 5.127.113,73 para obras não participadas. -----

-----Estamos muito satisfeitos com a saúde financeira do Município porquanto constatamos que a totalidade da dívida em 31 de Dezembro de 2008, incluindo empréstimos, leasings e dívidas a fornecedores é possível pagá-la em menos de um ano com o valor dos fundos Municipais a que o Município tem direito e isto apesar de muitos empréstimos acabarem no fim de poucos anos, mas mais satisfeito estou, porquanto neste preciso momento devemos apenas, como já disse, € 300.000,00 a fornecedores, que os credores podem vir receber hoje mesmo pois temos em caixa bastante mais que € 300.000,00; não há facturas com mais de uma semana.

Concluindo, hoje dívidas a fornecedores € 300.000,00 com dinheiro em caixa; dívidas a empreiteiros, zero, não há dívidas a nenhum empreiteiro, dado que não temos na contabilidade, até ontem, um único auto; endividamentos temos 40,42%, o que é óptimo, dispomos ainda de 60%; reserva no banco do empréstimo, porque é uma garantia de pagamento de todos os projectos que vierem aprovados, aqui representa uma base aplicável, é só tirar do banco e pagar, não há aprovação do projecto, não há levantamento desse dinheiro, sem recorrer ao empréstimo do governo relacionado com pagamento na hora. No Distrito de Bragança creio que foi o único Concelho, o único Município que não recorreu a esta situação. Considero esta uma situação no momento, e eu bem sei que nós estamos a discutir só 2008, mas nós discutiríamos exactamente assim se (?), até ao dia 31 de Dezembro, e estamos neste momento com saúde económica e financeira óptima. No caso de, segundo a tese do nosso Deputado Altino, largarmos a Câmara, recebeis uma Câmara cheia de saúde económica e financeira. Esta saúde resulta de uma coisa que é fundamental, a capacidade de trabalho, a capacidade de realizar, o arriscar comedidamente em situações de realizações, desde estradas a outras. E que tive como prémio o seguinte: em Junho de 2008 recebemos da CCDR a informação de que a maioria dos Concelhos não tinham gasto os dinheiros que lhe tinham sido atribuídos, por isso os dinheiros estavam lá arrumados a um canto, estavam disponíveis para quem apresenta-se projectos viáveis para realização até 31 de Dezembro, ou obras já realizadas. Bem, o Concelho de Mogadouro aproveitou isso a que chamavam o (?), no valor de um milhão e meio de euros. Com um milhão e meio de euros ficamos um bocado assim mais aliviados, e lá deixaremos isso também para o meu amigo Altino”. ----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ao contrário do que alguém possa pensar, eu penso e tenho a certeza que se governa sempre melhor uma casa rica do que uma casa pobre, eu tenho essa convicção e essa certeza. Outro assunto é que nós hoje em dia, fala-se muito mal dos políticos, mas nós temos que respeitar cada vez mais os políticos, eu não me vou alongar muito nisto, mas se pensarem um bocadinho se calhar sabem porque é que eu estou a falar assim, se temos poucos e ruins, tratando-os mal ainda esses vão embora. Eu não vou aqui falar de números porque de números falará o Deputado Aníbal Moreno, eu falo de políticas e de respeito pelos políticos. Senhor Presidente deixe que lhe diga, os Deputados desta Assembleia e estes políticos foram muito mal tratados, estão a ser maltratados porque de facto isto é um documento importante, importantíssimo e não se deve apresentar assim, eu não discuto as ajudas que a Câmara dá a Associações, a Instituições, não discuto essas coisas, têm as suas políticas, têm os seus direitos, mas discuto isto, os Deputados Municipais acho que mereciam mais respeito, como políticos foram maltratados”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “eu de facto nunca fui grande aluno a Matemática, tenho que reconhecer que todos nós temos os nossos defeitos, defeitos de um lado, virtudes do outro, para fazerem um bocadinho o equilíbrio da nossa personalidade e nós conseguirmos ser mais...para fazer os contrapesos, e por isso mesmo é que eu em termos de números não me vou alongar porque também não estou muito à-vontade para os debater. E tendo eu sido ao longo dos anos que levo aqui nesta Assembleia, duma maneira geral tenho votado contra o ponto que está neste momento em discussão, e venho deste modo dizer que pela primeira vez eu vou votar favoravelmente este ponto, e vou votá-lo porque eu estou aqui em representação da minha terra, da minha aldeia, estou em representação de Vale de Porco e foi frequente ao longo dos anos ouvir aqui falar, e que eu falei aqui várias vezes, que era a questão do Parque de Merendas da Freixeda, e é com muito gosto e muito agrado que eu vejo hoje essa obra executada, assim como a estrada que levou tapete, e ficou num estado transitável, e num estado que todos nós gostamos de passar por lá. Isto significa que eu faço ao máximo por ser uma pessoa equilibrada na relação com os outros, seja da minha bancada, seja da oposição, eu procuro ser equilibrado, não sei se sempre conseguirei esse equilíbrio, todos nós temos às vezes tendência para nos encostarmos a um lado ou outro, eu tento ser o mais isento possível, e precisamente por isso digo que voto favoravelmente, não significando que futuramente se tiver que votar contra e tiver razões para votar contra, não vote contra também”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “antes de começar a minha intervenção da análise da conta, queria chamar à atenção a mesa, já o Deputado Altino fez uma referência, mas eu queria também chamar à atenção que não é por poupar meia dúzia de folhas que a Câmara vai ficar mais rica, ou mais pobre, porque enviar a conta de gerência nas folhas, quer por um lado e por outro, é muito difícil de consultar, isto é um emaranhado de números que só numa folha ainda se vão lendo, mas quando está na principal folha e depois no verso é um bocado difícil analisar esses números, chamo à atenção que de futuro ao enviar estes documentos passe as fotocópias só por um lado conforme vai da Câmara Municipal, penso que o original estará só por um lado, não é por os dois lados, é uma chamada de atenção que de futuro agradeço que seja tomada em consideração. -----

-----A segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de cada ano destina-se, entre outros assuntos, à análise e votação das contas referentes ao ano transacto, é nesta fase que verificamos se o Executivo Municipal cumpriu bem, mais ou menos, mal, ou muito mal aquilo que se propôs levar a efeito conforme PPl aprovado anteriormente por esta Assembleia sob proposta da Câmara Municipal. O PPl para 2008 tinha a dotação de € 14.380.729, da análise da sua execução vemos que foram realizados €

4.227.394, apenas 29,4%, ou seja, daquilo que propunham fazer ficou por realizar € 10.153.335, isto é, 70,6% não foi executado, o ano de 2008 foi um ano parado, foi um ano desperdiçado, não há memória de tão baixa execução de um PPI no Município de Mogadouro. Estes números mostram bem que o Executivo cumpriu muito mal aquilo que o próprio se propunha fazer, dos € 14.380.729 propostos, apenas € 4.227.394 executou, na verdade foi muito mau. -----

-----Convém aqui referir que a despesa de capital, isto é, o investimento, teve uma quebra de 28% em relação ao ano de 2007, enquanto que as despesas correntes tiveram um crescimento de 12%, privilegiou-se as despesas correntes em detrimento das despesas de capital. -----

-----Na execução do orçamento da receita, a mesma atingiu o valor global de € 12.496.217, tendo contribuído para este valor, as transferências da A. Central, ao abrigo da Lei das finanças locais com € 9.373.928, correspondendo ao crescimento de 9% em relação ao ano anterior e representando 75% do total da receita, enquanto que no ano de 2007 representavam 63%, é cada vez maior a dependência da Câmara em relação as transferências da A. Central. -----

-----Analisando o mapa de transferências de capital para as freguesias, não sei bem como o hei-de classificar, tal é a diferença entre o proposto e o efectivamente concretizado, dos € 650.000 inscritos no orçamento apenas € 143.546 foram transferidos, o que representa 22% do orçado, ou seja, ficaram por transferir 78% do previsto, € 506.454 deixaram de entrar nos cofres das Juntas de Freguesia, para quem andou a prometer que iria duplicar as transferências de capital para as Freguesias, isto demonstra bem qual é a veracidade dessas promessas e o respeito que se tem pelas Juntas de freguesia, isto não tem classificação, é mau de mais para ser verdade, mas infelizmente a força dos números não deixam margem para dúvidas. Se a Administração Central tivesse o mesmo comportamento da Câmara Municipal, o município apenas receberia € 2.062.264 ao abrigo da Lei das finanças locais e nesta situação bem podia fechar as portas por não ter qualquer viabilidade. -----

-----Porque a execução do PPI é o mais baixo de sempre, porque não houve qualquer respeito pelas juntas de freguesia não honrando os compromissos orçamentais, o meu voto é contra. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “queria dizer ao Senhor Deputado Moreno, que recebemos o documento da Câmara, exactamente como o entregámos aos Senhores Deputados, este documento que está pela primeira vez foi feito na Câmara, recebemos e mandámos a todos os Deputados conforme recebemos. Reconheço que tem toda a razão, porque não é mais folha menos folha, aliás quem recebeu o suporte informático recebeu a cores, reconheço que tem razão, só não reconheço é que nos culpabilize a nós, porque nós não somos os

responsáveis pela feitura deste documento, recebemo-lo assim, enviamo-lo assim, para a próxima, se nos perguntarem como é que queremos o documento nós sabemos-lo dizer”. -----

► **FRANCISCO FERNANDES** usou da palavra e disse: “é a primeira vez que estou aqui, vou usar da palavra pela primeira vez e entro nesta sala pela primeira vez, mas entro triste, porque em relação às transferências de capital para as Freguesias, já foi dito aqui pelo Senhor Deputado Tibério, falha muito e falha com compromissos dados por V. Exas. em reuniões, e falha também em compromissos eleitorais que V. Exas. fizeram, e agora afirmo, nomeadamente em Bemposta, há oito anos atrás tinham uma grande bandeira para Bemposta, duplicar as verbas através do dinheiro que era entregue pela EDP à Câmara Municipal, foi dito no palco por V. Exa. e sua equipa, que estava na altura a propor-se às eleições, que ganhou, essas verbas não duplicaram Senhor Presidente, diminuíram e muito as percentagens. E em relação às competências que de facto as Juntas de Freguesia têm, como se falou há bocadinho dos caminhos, já se falou que com dois mil euros não se fazem caminhos, mas o Senhor Pimentel também falou que existem protocolos e que estão à disposição para quem os solicitar, já agora gostava que me dissessem quais são, a metodologia que utilizam, ou a forma que utilizam para assinar, ou não protocolos com as Freguesias. Se é com aquilo que as Freguesias acham que é necessário e têm vontade de executar, ou se não, tem que ser aquilo que V. Exas. acharem que se deve executar. Não me vou alongar muito mais porque de facto há pouco tempo e há muita gente a orar, e só vou dizer uma coisa: 29% de execução de um Plano Plurianual, se para uma Junta de Freguesia 12% não é nada, para uma Câmara 29% é zero”. -----

► **FRANCISCO LOPES** usou da palavra e disse: “embora não seja habitual da minha parte vir a esta tribuna usar da palavra para reivindicar seja o que for, ou fazer críticas ao Executivo Camarário, numa cooperação institucional que sempre me orientou, tenho apresentado os assuntos quer verbalmente, quer por escrito. No entanto e porque como Presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro, será a última vez que votarei as contas da Autarquia, não quero deixar de fazer uma crítica ao Executivo dizendo-lhes que é lamentável a forma como têm tratado as Juntas de Freguesia do Concelho, talvez com alguma excepção. -----

-----No concernente à Freguesia de Mogadouro e dado que não pude estar presente na sessão de Dezembro último, nomeei nos termos da Lei, como representante da Junta, o Senhor Tesoureiro da mesma, que depois de ter reunido comigo, ficou de transmitir a esta Assembleia o seguinte, que passo a ler: em reunião realizada no passado dia 15 do corrente mês de Dezembro, a Junta de Freguesia deliberou por unanimidade, e com a coerência que sempre tem usado, votar favoravelmente o Plano e Orçamento do Município que vigorará no ano económico de 2009. No

entanto, não pode deixar de chamar a atenção do Executivo Camarário para o critério, (se critério se pode chamar), que tem usado na distribuição da verbas transferidas para as Juntas de Freguesia. Podemos mesmo perguntar em que é que se baseia o errado critério que tem vindo a pôr em prática. Onde está a equidade das pessoas responsáveis? Necessitam de um exemplo? Vejam as verbas transferidas para as Freguesias: -----
-----Mogadouro – cerca de 4000 habitantes - € 2.000,00-----
-----Vale de Porco – cerca de 160 habitantes - € 2.000,00-----
-----Vilar do Rei – cerca de 100 habitantes - € 2.000,00-----
-----Bemposta – cerca de 700 habitantes - € 2.000,00-----
-----Verifica-se assim, que cada habitante da Freguesia de Mogadouro seria contemplado com € 0,50 cêntimos, e os habitantes de Vale Porco (por exemplo) recebia cada um € 20,00. Que disparate...-----
-----Justiça? Respondam os responsáveis. O Executivo Camarário, com este critério errado, vem prejudicando a Freguesia de Mogadouro, o que é evidente. Também somos de opinião que, se o Executivo Camarário prevê transferir para as Juntas uma verba orçada em € 400.000,00, devia juntar ao orçamento um mapa com a respectiva distribuição, para que cada Freguesia pudesse elaborar o seu orçamento com dignidade e o mais correcto possível. -----

Pelo que já disse, pelo muito que fica por dizer e porque o Executivo Camarário não respeitou, nem cumpriu as promessas feitas às Juntas de freguesia, abster-me-ei de votar as contas que vão ser apresentadas”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “em relação ao ponto em discussão, e após tão exaustiva e elucidativa explicação acerca do assunto em causa por parte do Senhor Presidente, eu acho que são dispensáveis quaisquer outros comentários, acerca de aumentos, descidas, realizações, não realizações, porque a quem apresenta o volume de realizações que este Executivo apresenta no exercício em causa, perante a conjuntura actual, quase sem o apoio dos quadros comunitários, quase sem recurso a empréstimos, quem tem os fornecedores e os empreiteiros praticamente ao dia, com pagamentos atempadamente, quem tem o volume de obras em curso, e para lançamento como este Executivo tem, quem proporciona ao Município a saúde financeira que este Executivo está a proporcionar, resta simplesmente dar os parabéns e votar favoravelmente o documento da aprovação de contas. -----

-----Já ouvi aqui um recado, foi certamente para mim, trazido aqui por um conterrâneo meu, Secretário da Junta de Freguesia de Bemposta, dos 12% e dos 30%, resta dizer que a Junta de Freguesia de Bemposta executou 12% à custa de realizações, como por exemplo a iluminação de Natal, que é quase daquelas coisas, como pagar a luz e pagar a água, têm que se realizar, estão em Plano, e aí chega-se quase aos 100% de execução, como é a festa de São Pedro, como são os convívios, e outras coisas, senão a execução seria

também muito próxima do zero, porque também mais obra não se vê, a única coisa que fizeram foi caminhos com as máquinas da Câmara, e protocolos, ao que julgo saber, também apresentaram um protocolo à Câmara, mas era para realizar uma obra num terreno que ainda não estava em nome da Junta, não estava legal”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “sobre as contas e a actividade do Executivo no ano transacto já muito foi dito, muitos números foram debatidos, eu confesso que li com atenção o relatório de gestão do Município, até o imprimir a cores e tudo, para ser mais fácil a visualização, mas gastei do meu dinheiro, atenção, o tinteiro é meu, não é do erário público, li também com atenção a declaração de voto do Vereador Fernando Bártolo, ouvi também com muita atenção a exposição do Senhor Presidente da Câmara, e regozijo-me com o seu ar de felicidade pelas contas apresentadas, e satisfação, porque a satisfação é a melhor forma de nós caminharmos na vida, e devemos andar sempre assim com ar satisfeito, embora não tenha razões para andar satisfeito por causa disso, pode ter razões para andar satisfeito por outro motivo qualquer, mas não pelas contas, não comungo dessa satisfação. Bom, das análises feitas vão todas no mesmo sentido, com a excepção do outro lado, mas leituras cada um faz a sua, e eu também faço a minha leitura, e permita-me que seja rápido, apenas a tirar três ou quatro ilações daquilo que li e daquilo que ouvi com atenção, não vou maçá-los com muitas análises, mas vou tirar três, ou quatro ideias que resultam da minha própria leitura dos documentos. -----

-----1ª Ideia - a actividade do Executivo durante o ano transacto caracteriza-se pela fraca capacidade concretizadora, os números que referiram aqui são evidentes, os 50% de realização da receita, ou se quiserem, a execução da receita orçada, do orçamento previsto foi apenas de 50%, ou dos vinte e cinco milhões de receita, traduziram-se depois em doze e meio, aquilo que foi aqui referido, o PPI em 29%, revela isto que acabei de afirmar, a fraca capacidade concretizadora do exercício, uma ideia que tem que ficar presente nesta Assembleia. -----

-----2ª Ideia - a fraca capacidade em diversificar as fontes de receita e de financiamento por parte do Executivo, isso é também evidente, as receitas totais arrecadadas, os tais doze e meio milhões de euros, são essencialmente receitas correntes, (?), e destas, das receitas correntes provêm essencialmente de transferências correntes, e sobretudo da Administração Central, em particular da Direcção Geral da Administração Local, vejam o mapa de transferências correntes, portanto recebe-se aquilo que é de receber, não há capacidade para ir buscar dinheiro a outros sítios. -

-----3ª Ideia - o Executivo é, foi inoperacional, ou seja limita-se a aplicar receitas correntes em despesas correntes, ou seja faz aquilo que normalmente se designa por gestão corrente. Foi o que o Executivo fez no ano transacto, mas destes sete e meio de despesa corrente, que representam

60% da despesa total, 40% vai para salários, os quais, os salários, representam 38% da receita corrente, eu estou a repetir a palavra corrente de propósito porque o que se fez foi gestão corrente, esta é a 3ª ideia. -----

-----4ª Ideia – apesar de se fazer essencialmente gestão corrente, a gestão, ou o desempenho da gestão é fraca. E porque é que digo que é fraco? É fraco porque o saldo é negativo, muito negativo, o saldo é de dois milhões, saldo negativo de dois milhões em doze e meio de execução vejam que são 17%, o que é muito, é um saldo negativo enorme face àquilo que foi executado. 4ª Ideia, o fraco desempenho na gestão. -----

-----Para terminar, 5ª e última ilação que se pode tirar das contas e dos documentos que foram apresentados, diz respeito às Freguesias. Meio a sério, meio a brincar o Executivo Municipal olha para as Freguesias como se fossem a caixa de esmolas da paróquia, não são apenas os dois mil euros básicos, normais, que se dão, entre aspas, a cada Freguesia, depois há uma ou outra que recebem esmolas mais chorudas, ou gratificações mais chorudas, entre as quais uma nova Freguesia chamada Jaime Nogueira & Filhos, entre as quais uma Freguesia nova que inventámos, a Freguesia de Santa Catarina”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Deputado Altino ainda bem que estamos num Concelho muito rico, e portanto gerir uma casa rica é sempre mais fácil, no entanto devo dizer que é um Concelho rico que vive à custa dos outros, custa, entre aspas, porque nós pagamos, não é? Mas com subsídios dos outros, esses subsídios representam 92% dos nossos rendimentos, (?), não chega a 8%, de maneira que é uma Câmara rica. -----

-----Agora respeitar os políticos, eu acho muito bem, e respeitar principalmente os políticos autárquicos, porque tudo aquilo que se fez praticamente em Portugal foram as autarquias que o fizeram. Sabe porquê? Porque recebendo apenas 12,7%, foram responsáveis por mais de 57% do desenvolvimento em Portugal, enquanto, que o poder central recebe os tais 80% e é responsável por 47%, portanto gabem-se os autarcas. -----

-----Dulcíneo, eu queria dizer ao Deputado Tibério que não foi só daquela bancada que nos aprovaram as contas, porque o Deputado Dulcíneo foi aqui bem claro, também nesta bancada os há quando pensam muito bem pela cabeça deles, isto em contrapartida quando vocês dizem que a bancada dalém não pensa. -----

-----Quanto ao Deputado Moreno, fala dos números, o Senhor é um conhecedor de números, mas eu já tive oportunidade de dizer variadíssimas vezes que para mim palavras como execução, não têm qualquer valor, e não têm qualquer valor porque execução significa pagar, a gente faz obras e paga-as, e se não as paga agora paga-as daqui a um ano, ou daqui a dois, e quando uma Câmara que realizou mais produto em oito anos, do que em qualquer época da história de Mogadouro nós ficamos todos satisfeitos por

termos fracas execuções, porque as execuções para nós são realizações, e realizações que pagámos, já estão pagas, não devemos nada. Como o Estado e a Câmara são pessoas de bem, pagam hoje, pagam amanhã, ou pagam depois, mas pagam. Queria que compreendessem só um problema é que quando uma Câmara tem 8 % de receitas captáveis do local, bom, então o que é que nós vamos fazer? Vamos fazer um orçamento de 50 paus e depois logo se vê. Não é assim, os orçamentos não é assim, quando à QREN, quando há QCA, nós temos que concorrer, nós temos que fazer projectos, nós temos que ir buscar dinheiro a 25%, para realizar obras que custam 100%, e é por isso que as obras estão feitas, porque se fossemos com orçamentos empolados, como os Senhores diziam nos outros anos, que este ano não empregaram a palavra, bem andávamos aqui a tiritar e a não sair do lugar. Já não sei quem é que disse aqui que não se fizeram obras. O Senhor desconhece a quantidade de km de estradas que foram recuperadas este ano, para falar só em estradas. Um ano desperdiçado? Aqui não há anos desperdiçados, mesmo que não se tivesse realizado nada, só o equilíbrio económico-financeiro que permite a quem vier a seguir realizar então muito. Mas nós não lhe vamos deixar tanto como isso. Sabe porquê? Porque nós temos projectado empregar quinhentos mil contos em assistência à terceira idade, duzentos e oitenta já estão atribuídos, por isso não vamos deixar tanto como isso. Não deixamos por duas razões, precisamente porque quem concorrer às eleições do grupo PSD vai ganhá-las, e portanto vocês isso não, e também porque se nos formos embora hão-de ficar com esses encargos porque isso já está tudo escrito. Se o Governo tivesse o mesmo comportamento que tem esta Câmara tinha resolvido o problema do défice, tinha resolvido muitos problemas que são fundamentais. *(ouviram-se vozes)* Esta Assembleia não se pronunciou contra o nuclear, o Executivo também, e eu também, com uma condição: quando não for possível resolver os problemas da necessidade energética em Portugal, ou no Concelho de Mogadouro, ou se quiserem, com outras coisas que não sejam as eólicas, as renováveis, etc. Então avance-se com a nuclear porque isso é necessário. Isso está tudo escrito. A nuclear foi votada principalmente na Freguesia de Bemposta, que reuniu pela primeira vez e disse Não, foi votado há vinte e cinco anos contra a nuclear quando foram fazer visitas ao Porto e disseram Não, e esta Assembleia disse Não, e a Assembleia Distrital disse Não, agora se tu dizes Sim, tens as tuas razões e eu respeito isso, mas só quando a renováveis não forem aplicadas. -----
-----Os subsídios desportivos não são atribuídos ao ano, são atribuídos por época, de modo que tem que saltar de umas épocas para outras. -----
-----Quanto a este problema dos setenta e sete mil euros para o Jaime Nogueira e da Freguesia de Santa Catarina, o João Henriques explica-lhe isso. -----
-----Dou razão ao Chico Lopes. -----

-----Agora Deputado Tibério, não há dúvida nenhuma, que depois de ouvir as suas palavras, disse cá para mim, isto é o exemplo da fuga a sete pés da realidade, é a utopia política, é dizer assim: isto é tudo zero, este Executivo não fez, este Executivo isto, este Executivo aquilo, mas então não se vê o que é Mogadouro? (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**). Temos que analisar a acção da Câmara com os pés na terra, com os pés e com os olhos, temos que procurar saber o que se proporciona à população no campo do Desporto, no campo do Lazer, no campo da Educação, no campo da Cultura, em tudo. Mogadouro tem hoje um Arquivo Municipal, tem umas Biblioteca, tem uma Casa das Arte, tem tudo, e tem tudo do ponto de vista material, e tem tudo do ponto de vista imaterial também; dá Educação Física desde os quatro anos, até aos noventa, se quiseram lá ir à hidrogenástica, dá nos Centros de Dia e Centros de Noite, nos Infantários, tudo de graça. -----

-----Sabe que isso de aumentar as receitas, nós contamos é com as receitas que vêm de fora, porque as nossas sabemos bem quais são. Agora, a nossa incapacidade de as receber? Para receber o quê? E de quem? -----

-----Ainda voltando ao Deputado Moreno, queria fazer aqui só uma observação, nisso da execução, o Senhor a argumentar parece a oposição do Governo Central a argumentar contra o Sócrates”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “só aquilo que o Senhor Presidente me pediu para esclarecer, onde diz Santa Catarina, é a Fábrica da Igreja de Santa Catarina na Freguesia de Remondes. -----

-----Agora em relação ao resto, eu gostava só, que não percebi, qual é que era o mapa que falava só das transferências das Freguesias (*ouviram-se vozes*), isso não é só transferências da Freguesias, o Deputado Aníbal Moreno sabe que são as transferências de capital, todas, sejam de Freguesias ou sejam doutras. Já não me pareceu que o Deputado Luís Tibério soubesse, porque disse que estava aqui no meio, que era a Freguesia Jaime Nogueira, e esqueceu-se de ver que também estava na folha que diz Associação Cultural de Solidariedade Social de Urrós, que diz Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Remondes, e por aí fora, e que só aparece ali por um pequeno pormenor, é porque está por ordem alfabética. Se reparar o A, está antes do B, depois aparece o F, as Freguesias, depois aparece o J., e a seguir aparece Jaime e depois aparece Junta, é só por ser por ordem alfabética, não é porque seja a Junta de Freguesia Jaime Nogueira, é só esse pequeno pormenor, e isto diz respeito..., também teve intervenção em Bruçó na recuperação das casas dos idosos, que todos devíamos estar orgulhosos disso, e teve que ser feito por transferência de capital porque era a única forma, como era um projecto que era complementado com dinheiros da Segurança Social para o apoio habitacional e foi feito em casas particulares das pessoas dando-lhes condições de vida, a única forma que a contabilidade encontra é pôr por

transferência de capital aquele artigo onde foram recuperadas 11 casas de idosos, uma delas em Bruçó, estes setenta e sete mil euros tem a ver com o Programa de Conforto Habitacional de pessoas idosas, em que foram recuperadas 11 casas, e volto a dizer, com muito orgulho, porque pelo menos a 11 pessoas demos-lhe condições de vida completamente diferentes do que aquelas que tinham”. -----

► **FRANCISCO FERNANDES** usou da palavra e disse: “peço desculpa, talvez por ser a primeira vez, têm que me entender, só gostava que a Câmara me tivesse respondido a duas questões que eu fiz na minha intervenção, não me quis alongar, tinha aqui muito que falar, mas em duas concretas gostava que me respondessem. Quais os critérios para a execução dos contratos-programa com a Câmara? Se somos nós que os pedimos? Porque eu já pedi e foi tudo negado. Ou se é aquilo que a Câmara quer fazer? E em Bemposta pode fazer muitos. -----

-----Alguém disse aqui nesta Assembleia, que de Bemposta também sabia, e que sabia como é que Bemposta estava, já que há tanto dinheiro nas contas da Câmara, com certeza que já passaram em Bemposta e viram os buracos tremendos que as ruas têm. Com algum desse dinheiro podiam repavimentar esses buracos, não dignificam em nada aquela Freguesia, ou as pessoas que mandam na Freguesia, como por exemplo a Junta, o nosso papel já foi feito, que é alertar a Câmara. Já que existe tanto dinheiro disponível, porque não gastar ali algum, nós estamos muito penalizados porque nós temos funcionários, e as verbas que o FEF nos dá, vai para funcionários também. A nossa execução foi fraca, como disse o Senhor António (12%) porque herdámos uma dívida, e não estava..., essa dívida podia ter entrado em concretização, mas não entrou, teve que se pagar a dívida, honramos os compromissos, pagamo-los, a ali sim também há umas contas sólidas naquela Freguesia, agora, mas tivemos que pagar dívidas, mas com os dinheiros da Câmara não foi, porque a Câmara não dá, não chega Senhor Presidente”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “sobre execuções e realizações não vale a pena falar mais Senhor Presidente, é o Plano Plurianual de Investimentos que o diz, não fui eu que fiz a conta, até está lá na própria folha a dizer, execução 29, 4% e a realização 29,4%, portanto não vale a pena continuarmos a debater essa questão. -----

-----Sobre a explicação que acabou por dar o Vereador João Henriques, eu até se calhar concordo, que se desse ajuda tudo bem, mas se calhar a forma como saiu a verba não estará correcta, e se formos ver o que diz aqui neste mapa de transferências, ao abrigo da alínea c, nº4, do artigo 64 da Lei, será ajuda às famílias, ou será transferências para as Freguesias e depois a Freguesia é que... (*ouviram-se vozes*), foi feito concurso dessa obra então tudo bem. -----

-----Sobre execução, realização, Senhor Presidente mesmo que lhe some

aquilo que ficou em dívida, e neste tipo de obras, segundo a folha também que está nos documentos de prestação de contas, a dívida de obras são um milhão, cento e setenta e nove mil euros, mesmo que lhe some isso, a realização é baixa, agora se as previsões são mal feitas, isso compete à Câmara Municipal corrigi-las, de futuro, agora o que nós temos que analisar é o que está aqui, porque não foi esta Assembleia que propôs o orçamento que foi aprovado em 2007, foi o executivo que o aprovou e se for ler as nossas intervenções, já nessa altura dissemos que não iriam cumprir aquilo que lá estava, portanto agora têm que ouvir que esta realização, esta execução foi das piores que existiram a nível de Município de Mogadouro, de todos os tempos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos pôr à votação o ponto 2.3.-----

-----Quem vota contra, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. O resultado da votação é o seguinte: votos contra, nove (9), abstenções sete (7), a favor vinte e nove (29). -----

-----Vamos passar ao ponto 2.4-----

-----**2.4 Análise e deliberação:** -----

-----**2.4.1 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2009”;** -----

-----**2.4.2 1ª Revisão ao orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2009”;** -----

-----Vamos discutir os documentos conjuntamente, e depois votaremos em separado. Sobre este ponto dava a palavra à Câmara Municipal para se poder pronunciar, o Senhor Presidente delega no Senhor Vereador Pimentel. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “dizer quer fundamentalmente esta revisão do Plano Plurianual e do Orçamento tem a ver fundamentalmente com três situações. -----

-----1ª Constava do Plano Plurianual a Recuperação Urbana da Zona Histórica, e estava numa só rubrica, e estava com este título, como nós apresentámos duas candidaturas, tivemos que pôr Recuperação da Zona Histórica 1ª fase, e Recuperação da Zona Histórica 2ª fase, e portanto tivemos que alterar o nome porque apresentamos duas candidaturas, porque a candidatura ia até dois milhões e meio, mas com esse valor ficávamos limitados daí dividirmos em duas fases para podermos receber a segunda maior tranche dos Municípios desta zona. -----

-----Tem também a ver com a inclusão nesta rubrica da aquisição de um camião desobstrutor, temos, como sabem uma rede de águas pluviais e

saneamentos já muito extensa, os métodos que utilizamos já não resultam, que é o da vareta, desobstruir com produtos e com aquela vareta que normalmente vêem a brigada, de maneira que a Câmara vai adquirir um camião desobstrutor que tivemos que incluir também, e quisemos incluir nesta revisão. -----

-----Também porque o palco que a autarquia dispõe já não reúne condições para dar resposta ao Concelho, entendeu-se incluir, nesta revisão também a aquisição de um palco móvel. Fundamentalmente foram a inclusão destas três alterações que nos levou a fazer esta revisão do Plano Plurianual e do Orçamento”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “a minha vinda aqui tem mais a ver com o que foi afirmado já pelo Vereador, dizer que isto deve-se portanto a três situações, aquisições de novo equipamento, e eu estava aqui a ver, portanto, no Plano Plurianual de Investimentos e não vejo aqui nenhuma aquisição de qualquer tipo de viatura para a informação que acabou de prestar, eu aqui o que vejo de novo é a recuperação da fonte ornamental da cascata junto à Biblioteca, a recuperação dos passeios interiores do cemitério, que eu acho que até é uma revisão de preços, e aquisição do palco móvel, depois a seguir as alterações ao núcleo de cozinhas, pavimentação de Soutelo, provavelmente também será alguma factura que ficou para trás, dado que o valor é tão baixo, agora essa verba que acabou de referir não a vejo contemplada no Plano Plurianual de Investimentos, nesta folha que me foi fornecida, a não ser que esteja na folha seguinte, no Plano Plurianual de Investimentos não aparece”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “eu enunciei aquilo que me pareceu essencial, que foi a recuperação da zona histórica da sede do Concelho, que tem 1ª e 2ª fase, que não constava assim, e esta é a que envolve maior verba, também a fonte ornamental junto à Biblioteca aproveitou para se meter, que é uma pequena obra, a recuperação dos passeios do cemitério, que era uma revisão de preços que estava por pagar e tinha desaparecido do Plano, o núcleo de Cozinhas Regionais porque chegou o projecto, dotou-se para os anos seguintes com mais dinheiro, e também se criou uma nova rubrica que foi núcleo de Indústrias Agro Alimentares, por causa de uma candidatura que se fez também no âmbito dos Municípios da Terra Fria, que se incluiu no Prover, remodelação da rede eléctrica da entrada de Vale da Madre, onde se aproveitou também para intervir, e pavimentação a Soutelo, que creio que também é uma revisão de preços que estava pendurada, e nesse aspecto o Deputado Moreno tem razão, quando chama isso, eu nem tinha isto comigo, sabia, tinha assente, e tinha a confusão que o desobstrutor tinha entrado, mas não, já constava do Plano”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos proceder à votação, primeiro do ponto 2.4.1-----

-----2.4.1 *1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2009*”; -----

-----Quem vota contra, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. O resultado da votação do ponto 2.4.1 é o seguinte: votos contra zero (0), abstenções dez (10), a favor trinta e seis (36). -----

-----Vamos votar o ponto 2.4.2-----

-----2.4.2 *1ª Revisão ao orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2009*”; -----

-----Quem vota contra, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. O resultado da votação do ponto 2.4.2 é o seguinte: votos contra, zero (0), abstenções dez (10), a favor trinta e seis (36). -----

-----Vamos passar ao ponto 2.5.-----

-----2.5 **Outros Assuntos.** -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “quero felicitar o Senhor Deputado representante da Freguesia de Bemposta, não só por ser a primeira vez, mas também porque, confesso que gostei das intervenções que fez, e lamento decepcioná-lo um bocadinho, o senhor pediu que lhe fossem fornecidos elementos sobre os critérios de atribuição de verbas, protocolos, e essa coisa toda, e lamento desiludi-lo, se é que o Senhor está iludido, é que isso é uma pergunta recorrente que já se vem fazendo nesta Assembleia desde o princípio deste mandato, pelo menos, e a resposta até agora tem sido zero, de maneira que, espero que morra também (?). Desde que a última Assembleia ocorreu até esta data, passaram por esta terra vários Secretários de Estado, suponho que Ministros, a aramar estradas, eu sempre um bocado céptico nestas questões, gostaria ao Executivo que não abrandasse os seus trabalhos de sempre persistir para que as coisas sejam feitas em condições e a devido tempo, porque não me esqueço de que por exemplo a estrada daqui do Azinhoso para Algozo, Mogadouro – Azinhoso – Algozo já tinha sido, não sei se prometida, se adjudicada em 2001/ 2002 pelo Governo Guterres, e depois em 2002/2003, o Governo Durão Barroso deitou aquilo tudo às malvas; de maneira que, para que não aconteça, para que não se repitam estas situações, é bom que a Câmara esteja vigilante, e interfira, e nesse aspecto o meu louvor porque tem sido batalhadora e constante em matéria de acessibilidades para o Concelho. -----

-----Também recordar que ocorreu o 25 de Abril aqui há uns dias, tive na

altura oportunidade de dar os parabéns àqueles oradores que gostei de ouvir, e que hoje renovo, eles já sabem quem são, não vale a pena estar a citar nomes. -----

-----Felicitar também, não sei se a Câmara ou a Assembleia, penso que a Câmara, pela iniciativa que teve de homenagear e recordar os Senhores Presidentes do Município que por aqui passaram, é evidente que eu registo o facto, não faço juízos de valor porque senão ali naquela parede não estaria algum retrato, mas enfim, isso era por meu gosto, não porque não reconheça que se o critério se aplica em geral que devem ser todos, são todos. Lembro a propósito disto, que já que os querem homenagear, e alguns estão homenageados na toponímia local, que sejam respeitadas datas e funções correctas, identificar as pessoas nos campos que aqui se distinguiram, o Senhor fulano tal podia ter sido Padre, mas se foi bom Professor, é como Professor que se distingue, outro Senhor podia ter sido Médico, mas se, se distinguiu como Presidente da Câmara, é como Presidente da Câmara que se deve homenagear nas placas toponímicas respectivas, e já agora lembrar que se querem homenagear o Senhor Calouste Gulbenkian, que lhe saibam escrever o nome com correcção, o que não acontece em placas indicativas nesta terra, assim como o Senhor Padre Francisco Manuel Alves, mais conhecido por Abade de Baçal, que também não está correctamente identificado, isto entre outros, não vale a pena estarmos a esticarmos. -----

-----Sobre as considerações aqui feitas pelo Senhor Presidente da Câmara, gostei muito duma que foi assim: «*A Câmara está a abrir os olhos*». Só agora? Ainda bem. Tê-lo-ia feito mais cedo se fosse ouvindo esta Assembleia, ou a parte desta Assembleia que tem tido uma atitude mais crítica e mais construtiva, não o fez paciência, da Assembleia da República foi desaconselhado o uso do adjectivo autista, por isso aqui não o uso, mas apetece-me substituí-lo por Salazarentamente só, ou orgulhosamente só para caracterizar muita da actuação dos membros deste Executivo para com esta Assembleia, não a tem respeitado. Senhor representante de Bemposta fique com esta minha opinião, que terá oportunidade de a constatar, já por pouco tempo evidentemente, porque já estão a estrebuchar, mas enfim, ainda são mais duas ou três sessões que temos de os ouvir. -----

-----Senhor Presidente da Câmara falou mais uma vez num tema recorrente que foi as energias renováveis, é do seu conhecimento que estudos a nível mundial revelam que as renováveis nunca serão capazes de ultrapassar o fornecimento de 25% das necessidades, portanto renováveis sim, mas mais alguma coisa (?), de maneira que se o Senhor Presidente quiser rever a atitude do Executivo e expor com clareza esta Assembleia talvez a resposta fosse diferente. -----

-----A propósito de orgulhosamente só quero aqui deixar umas notas sobre a intervenção acabada há momentos nesta sessão do Senhor Vereador

Pimentel, o Senhor Vereador (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) que devia haver consonância entre as bancadas, ou melhor os grupos parlamentares e os membros do Executivo que por ele são apoiados. Senhor Vereador desde quando é que é obrigatório determinada bancada seguir cegamente a opinião dos membros do Executivo? Mesmo que eleitos pelo mesmo partido, e mais; como é que evoca agora aqui como condicionante para tomadas de posição de determinado grupo parlamentar, a opinião daquele a que chama vosso camarada Augusto Mateus? Só esta faltava. Então não basta a disciplina partidária que existe, ainda agora se põe a evocar pareceres de camaradas, ou pertences camaradas, ou opositores. Que é isto? Desde quando é que as nossas posições têm que ser condicionadas por alguém? Seja ele membro do Executivo, ou um reputado economista de qualquer gabinete. Como é? Chega de falta de respeito pela capacidade e pela vontade de cada Deputado, pois cada Deputado pensa por si, sem apeias partidárias, sem temores reverentes, sem posições calculadas, ou calculistas, cada um de nós deve, cada um de nós tem que votar cumprindo o seu dever de fiscalizar o Executivo. Imagine-se só como, para ter que se cumprir a opinião do Senhor Vereador Pimentel seriam geradas nesta Assembleia as votações, como é que se faziam as contas? No Executivo há quatro representantes do partido A, e há quarenta Deputados Municipais, como era? Cada dez, votavam por um? E se o Executivo Municipal, os quatro Senhores Vereadores, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e dois Vereadores a tempo inteiro, por hipótese, tivessem votado de maneira discrepante como já aconteceu? Ou se um deles se tivesse ausentado da sala? Como é que se calculava o apoio? Não podia ser unânime, teria que ser repartido. E no caso de um Senhor Deputado não alinhado, ou desalinhado? Ficava sem apoio, por melhor que fizesse e dissesse não tinha ninguém que o pudesse apoiar. São questões Senhor Vereador Pimentel, para que eu não encontro resposta. São questões que aqui deixo à consideração do Senhor Presidente da Assembleia. Duvido que o Senhor Vereador Pimentel tenha resposta coerente para elas. De facto, Senhor Presidente, como exercício de desprezo para com esta Assembleia, para com o órgão Assembleia Municipal não se pode exigir mais, Senhor Vereador não lhe ficaria mal fazer uma cura fora do Executivo, não lhe ficaria mal, e eu desejo que assim aconteça já no próximo mandato que o Senhor em qualquer lugar desta bancada pudesse ouvir dos seus pares opiniões libertas, opiniões conscientes, opiniões livres, se assim não fosse como explicaria a intervenção nesta Assembleia, hoje aqui, de dois Deputados Municipais cujas palavras louvo, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro, e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Porco, exercícios de independência pura, de respeito, de não seguidismo, só não gostei da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Mogadouro quando

disse que era a última vez que aqui intervinha nessa qualidade, lamento, renovar-lhe-ia a confiança que lhe dei em 2005, tenho pena que não se recandidate. Por outro lado também não se entenderia muito bem a discrepância de posições entre o Senhor Presidente do Executivo Municipal e o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. O Senhor Presidente gabou-se aqui de que tinha feito isto recorrendo, e acho bem, aos fundos comunitários, o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar disse que a Câmara tinha governado muito bem sem precisar de empréstimos, nem subsídios de ninguém”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “em relação ao subsídio do Futebol Clube Mogadourense, a que terá direito por esta Câmara, segundo me consta foi estipulado que durante o ano 2008/2009 era de vinte e cinco mil euros. Eu pergunto se já foi pago na totalidade, ou quanto falta pagar? Porque segundo me consta parece que há Jogadores que têm salários em atraso”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ontem por curiosidade fui ao site da Câmara Municipal e estava lá um comunicado emitido pela Presidência, com data de 28 de Abril, e não compreendi bem o comunicado. O que é que pretende com isto? E passo a lê-lo: -----

----- «Comunicado de Pagamento de Serviços -----
----- Exmos. Senhores Fornecedores da Câmara Municipal e Empresas de Construção -----

-----Tendo chegado ao conhecimento da Câmara Municipal que alguns Municípes evocavam a não satisfação de dívidas pessoais, ou de empresas que dirigem, com o atraso do pagamento de autos apresentados na Tesouraria do Município. -----

-----Cumpre-me informar que a Câmara Municipal não deve a mais de oito dias. -----

-----Informamos pois, que podem dirigir-se à Tesouraria do Município e liquidar as suas contas.» -----

-----A minha dúvida é, se está a chamar as pessoas para vir à Tesouraria para receber ou para pagar, porque de facto isto aqui não se entende bem o que se pretende com o comunicado, se é para receber ou para pagar”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “como sabem nós estamos integrados na Comunidade Económica Europeia, na União Europeia, que vai haver eleições no próximo mês de Junho, eu queria-lhes dizer, e recordar alguns, que houve dois homens que quiseram conquistar a Europa, foi o Napoleão e foi o Hitler, foi através de guerras, não concretizaram os seus objectivos e morreram, mas a União Europeia agora existe, foi conquistada, e foi conquistada com democracia, porque em democracia há eleições, podem-me dizer que noutros modelos políticos também há, no Estado Novo também havia eleições, e entretanto eu gostaria de alertar esta

Assembleia para tentar ganhar eleições com democracia, porque bem ou mal é através da democracia que nós elegemos, bons, ou menos bons, ou maus, todos os nossos representantes”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL** usou da palavra e disse: “ Senhor Deputado Ilídio dispensa-me de responder a essas questões. -----

-----Dulcíneo – subsídios ao Futebol, os subsídios foram de facto vinte e cinco mil, vinte e cinco mil, para a época 2008/2009, e atribuídos em tranches, suponhamos, em Outubro, Dezembro, assim, eu creio que neste momento está tudo pago. Acontece que o Clube Académico apresentou um pedido no valor de não sei quanto, mais não sei quanto, e foi-lhe reforçado porque os Jovens ganharam o campeonato, ou iam ganhar o campeonato, e precisavam de fazer aquela última fase em mais dois mil e quinhentos euros, e depois contrabalançou-se o Futebol Clube Mogadourense com a mesma coisa. Está tudo liquidado no Futebol. -----

-----No comunicado diz aí dívidas e devia dizer crédito, de qualquer maneira a razão deste comunicado, que é o fundamental, chegou aos meus ouvidos, eu não vou nomear aqui ninguém, tens que me pagar o que deves, deves-me tanto, deves-me vinte mil, deves-me trinta mil, como é que eu hei-de pagar se a Câmara não me paga, esses fulanos tinham as contas todas com a Câmara liquidadas, de maneira que transferir para a Câmara o ónus disso, isso não, e essa é a única razão, agora quanto ao comunicado que devia dizer podem vir receber... (*ouviram-se vozes*), é para as duas coisas. -----

-----Altino desculpa lá, mas estava ali distraído, não aponteí”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “se me fosse permitido, eu diria só aqui ao substituto do Presidente da Junta de Bemposta, pelos vistos foi aqui já louvado inclusivamente pelas suas intervenções, dizer só que melhor seria que estivéssemos aqui a louvá-lo pelos seus actos e pelos seus trabalhos, o que não me parece que haja motivos para isso, e dizer que os protocolos foi pedido um efectivamente e que não foi analisado e equacionado, precisamente porque era para alargamento do cemitério e tanto quanto sei o terreno foi vendido por um familiar do Senhor Presidente da Junta, e não estava em condições de ser celebrado o referido protocolo. -

-----Sem entrar em questões mais profundas, ou sem qualquer carácter retaliatório dizer só ao Deputado Ilídio Martins que me prezo de ser democrata e de reconhecer este órgão como o local central da democracia a nível do Concelho, portanto eu acho que cada pessoa deve defender justamente os seus pensamentos, todavia sabemos perfeitamente como na prática as coisas acontecem, acabámos de assistir a votações em que houve dez, seis, enfim, há uma prevalência de orientação partidária, e foi a essa prevalência que eu me quis referir naturalmente, mas também se quiser encontrar no seu grupo parlamentar pessoas que há vinte anos que andam aqui, e que se calhar pela primeira vez hoje tomaram uma posição diferente

se calhar também encontra, mas também quero-lhe dizer que só se atiram pedras às árvores que têm bom fruto, portanto orgulho-me por receber algumas pedradas, e algumas das quais vindas de si, porque naturalmente não lhe passo despercebido, e naturalmente a minha pessoa incomoda-o, claro que é politicamente porque de resto não vejo razões para que o incomode de alguma maneira, portanto Senhor Doutor, por conta própria, ou não demonstra uma boa capacidade de atirar pedras, fica a saber que não me desmotiva em nada porque pauto as minhas actuações por pôr o máximo de dignidade possível e por, normalmente, para não dizer quase sempre, a força da razão me acompanha naquilo que digo, ou naquilo que faço”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos:

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta.

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às doze horas e quarenta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi.

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾Esta acta é constituída por 17.423 palavras, distribuídas por 36 páginas e 1546 linhas *